



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	29. JAN. 1980
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

MELO ANTUNES REGRESSOU DA JUGOSLÁVIA

EXONERAÇÃO DE LURDES PINTASILGO: UM ACTO INQUALIFICÁVEL DO GOVERNO

Regressou, ao princípio da tarde de ontem, a Lisboa, após efectuar uma visita à República Federativa Socialista da Jugoslávia, a convite da Aliança Socialista daquele país, o conselheiro da Revolução e presidente da Comissão Constitucional, tenente-coronel Melo Antunes.

Na Jugoslávia, aonde se deslocou a título individual, embora na qualidade de conselheiro da Revolução, Melo Antunes teve oportunidade de trocar impressões com as autoridades daquele país em especial no que se refere à situação internacional.

No aeroporto de Lisboa, momentos após regressar, interrogado sobre as razões da desistência

da sua candidatura para as Nações Unidas, aquele conselheiro da Revolução reclarou: «Em primeiro lugar, porque entendi, no momento julgado oportuno, que, tendo em conta a evolução política operada no país, era preferível a minha permanência em Portugal. E isso foi julgado juntamente com o presidente da República e outras entidades, como de facto a solução mais acertada. Em segundo lugar, porque me pareceu deixar as mãos livres ao presidente da República, no momento em que se parecia desenhado um conflito no campo da política externa entre o Governo e o presidente da República. Em terceiro lugar, porque penso que

o próprio secretário-geral das Nações Unidas, apercebendo-se desse conflito ficaria numa situação embaraçosa; e, em quarto lugar e não menos importante, penso que o prestígio do país ficaria abalado».

Afirmando que a posição do ministro dos Negócios Estrangeiros era desfavorável à sua candidatura, Melo Antunes salientou que não sabia se aquele membro do Governo o havia feito publicamente, mas que tirava das atitudes tomadas aquela conclusão.

Sobre as comemorações do Dia das Comunidades, reivindicadas pelo Governo, aquele conselheiro da Revolução disse: «Eu não tive oportunidade de estudar

esse problema» pelo que sou apenado de surpresa. Eu creio que deveria ser uma coisa discutida entre o Governo e o presidente da República, na sua qualidade de presidente do Conselho da Revolução».

Sobre se esta posição do Executivo iria criar dificuldades nas relações institucionais, Melo Antunes adiantou: «Tudo depende da forma como decorrerem essas negociações».

DEFESA DA CONSTITUIÇÃO E DOS IDEIAS DO 25 DE ABRIL

Justificando a sua atitude de permanecer em Portugal, em vez de aceitar candidatar-se às Nações Unidas, Melo Antunes acentuou: «Porque penso que, dada a forma como evoluiu a situação política portuguesa, a posição daqueles que se colocaram sempre na defesa da Constituição e dos ideais do 25 de Abril, é muito importante, neste momento, em Portugal, é claro que, numa posição internacional, também há a oportunidade de se defenderem certos ideais que interessam à comunidade internacional, mas creio que o principal dever de cada cidadão é o de se interessar, em primeiro lugar, pelos problemas do seu próprio país».

Sobre se a sua posição seria um desafio ao Governo, Melo Antunes comentou: «Penso que não. Eu tomei as minhas decisões de acordo com o presidente da República. O Governo tomará as suas e cada um assume as suas responsabilidades».

Respondendo a uma outra questão relacionada com uma possível tentativa de o afastarem de Portugal, o presidente da Comissão Constitucional retorquiu: «Não, creio que não. Os primeiros contactos para este posto partiram da própria iniciativa das Nações Unidas. É pouco provável que as Nações Unidas estivessem interessadas em me tirarem de cá».

Melo Antunes, a propósito da defesa da manutenção dos militares na vida política, salientou que, após a revisão constitucional, os militares em funções no Conselho da Revolução deverão retirar-se.

Em relação à posição da Jugoslávia face à invasão do Afeganistão por parte da União Soviética, aquele conselheiro da Revolução declarou: «A posição da Jugoslávia é conhecida. Mais do que uma vez deu conhecimento público da sua posição. E de condenação, aberta e clara dessa intervenção».

EXONERAÇÃO DE PINTASILGO É UM ACTO INQUALIFICÁVEL

A política externa portuguesa, em especial a questão dos embaixadores e especificamente o caso Maria de Lurdes Pintasilgo, mereceu por parte de Melo Antunes o seguinte comentário: «Não estou a par de toda a movimentação que terá sido apresentada. Quanto à exoneração da ex-primeira-ministra, Maria de Lurdes Pintasilgo, penso que se trata de um acto inqualificável do Governo. Inqualificável no sentido em que parece ser demonstrativo da parte de quem, no Governo, tem o sector da política externa à sua responsabilidade, de um espírito de «révanche», de um espírito mesquinho, um espírito retrógrado e que está em profunda incompatibilidade com tudo o que hoje na Europa, mesmo nos meios mais conservadores, se pensa que se deva fazer aos adversários políticos. Talvez na União Soviética isso não se tivesse passado, mas, enfim, tal como o que aconteceu com Sakharov, pode ter sido por ter ideias discrepantes em relação à direcção da política da União Soviética, que ele tenha sido, de facto, afastado e posto em exílio interno. Evidentemente que aqui há que salvaguardar as proporções, mas não posso deixar de dizer que se trata de um gesto altamente negativo para a imagem de Portugal, não só a nível interno, mas também internacional, como tive oportunidade de observar durante esta minha deslocação».

Quanto às relações entre a UNESCO e Portugal e a possíveis modificações, Melo Antunes disse: «Não sei, o futuro dirá».

RETORNO DA POLÍTICA EXTERNA A TESES QUE JÁ FIZERAM A SUA ÉPOCA

A uma outra pergunta, relacionada sobre a expectativa internacional face ao novo Governo, Melo Antunes salientou: «É uma expectativa sempre existente a nível internacional, sempre que há mudanças de Governo, em qualquer parte que seja, mas nos meios internacionais é evidente que a expectativa aumenta quando há declarações que vão no sentido de se preverem mudanças significativas no campo da política externa. Evidentemente que isso interessa sempre à comunidade internacional. Há, portanto, expectativa. Haverá apreensão de alguns meios quanto àquilo que é considerado um certo retorno da política externa portuguesa a teses que já fizeram a sua época a algumas dezenas de anos, quer a um certo retorno a uma linguagem que é favorável à intensificação da «guerra fria» e, portanto, nada propicia aquilo que deveria ser hoje a preocupação dos dirigentes em toda a parte do Mundo, que era o de efectivamente assegurarem a paz e a «détente» como elementos fundamentais da convivência humana».

O SR. CONSELHEIRO NÃO TEM MANDATO POPULAR PARA FALAR SOBRE COISA NENHUMA

— responde RIBEIRO E CASTRO

Na impossibilidade de contactarmos o vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, ausente em Estrasburgo, em viagem oficial, ouvimos o secretário de Estado adjunto de Freitas do Amaral, dr. Ribeiro e Castro que, nomeadamente, sobre a política externa e à embaixadora Maria de Lurdes Pintasilgo, disse:

«São declarações inteiramente desqualificadas, o que já é um hábito vindo de quem vem. Não surpreende».

A outra questão, relacionada com o interesse de Melo Antunes sobre os assuntos de política internacional, disse:

«Esse interesse do sr. conselheiro pelas questões da política externa apenas vem confirmar a prática nociva que se tinha atingido em Portugal das chamadas diplomacias paralelas. Em certa medida, o seu azedume, patente e deslocado deve ter até essa explicação: o de saber e já sentir que com o Governo actual a direcção da política externa é uma e não há lugar a qualquer diplomacia paralela, como foi aliás sublinhado na apresentação do Programa do Governo pelo prof. Freitas do Amaral. O sr. conselheiro tem que compenetrar-se de que já não é o ministro dos Negócios Estrangeiros, nem directamente, nem por interposta pessoa, até porque não tem qualquer mandato popular para falar sobre essas questões. Em rigor, o sr. conselheiro não tem mandato popular para falar sobre coisa nenhuma».